TL5635

Não é a versão final

TIMOR-LESTE: GENOCÍDIO FISICO, CULTURAL E RELIGIOSO

INTRODUÇÃO

Timor-Leste, uma ex-colónia portuguesa que de 1975 até hoje viu a sua população reduzida a pouco mais de metade pela guerra e pela fome.

Um povo que tem direito à autodeterminação regularmente reconhecido nas votações das Nações Unidas, mas um povo isolado e quase esquecido que nem a extrema violência da repressão sofrida nem a determinação na luta pela sobrevivência conseguiram despertar a consciência da comunidade internacional.

Um povo que dizimado, torturado, violado pelo regime indonésio, proibido de ter língua e cultura próprias, continua a lutar, apesar da desproporção dos meios, pela sua existência como povo.

É preciso deitar um olhar para trás para perceber a situação actual.

Situada na extremidade sul-este das pequenas ilhas da Sonda e a norte da Austrália, a ilha de Timor foi partilhada no século XVII entre os holandeses (Timor ocidental 13.455 Km^2) e os portugueses (Timor oriental 18.989 Km^2, enclave de Ocussi-Ambeno 2.461 Km^2 e ilheús de Ataúro e Jaco 144 Km^2).

A ilha de Timor é montanhosa chegando o monte Ramelau aos 2.960 metros. Embora o subsolo esconda cobre e provavelmente petróleo estas riquezas não foram ainda exploradas. Até 1975 a cultura principal era o café (80% das exportações). A população, embora tendo um baixo nível de vida não sofria de fome devido às culturas de subsistência e à criação de gado.

A população de Timor-Leste, avaliada em 609.000 habitantes pelo recenseamento de 1970 (era estimada em 680.000 em 1975), é constituida por um conjunto de grupos étnicos muito diversificados (31 grupos étnico-linguisticos segundo H. E. Fel-

gas) com mestissagem de populações vindas de Portugal, Goa e Macau e um grupo de várias dezenas de milhares de chineses.

Embora os elementos escolarizados da população (10%) falassem o português, a lingua de comunicação entre os vários grupos era o tetum que não é percebido pelos timores da parte indonésia da ilha, onde o bahasa indonésio é a lingua oficial.

A maioria da população de Timor-Leste era animista, contando-se ainda 200.000 católicos e 2.400 protestantes. Na Indonésia e nomeadamente em Timor ocidental, pelo contrário, a presença do Islão é claramente predominante. Esta situação deve-se a uma presença portuguesa de mais de 4 séculos que deixou marcas cristãs também nas ilhas vizinhas, sobretudo na de Flores, que fazem parte da Indonésia.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Os portugueses abordaram as pequenas ilhas da Sonda por volta do ano de 1520 e os primeiros a estabelecerem-se com permanência na ilha de Timor foram os missionários dominicanos. Um século depois os holandeses expulsaram os portugueses da maior parte destas ilhas e em 1651 conquistaram a cidadela de Kupang na parte oeste de Timor começando então a ocupar a metade ocidental da ilha. Mas a oficialização da fronteira entre Timor oriental e ocidental só data de 1914.

Quem percorre a história de Timor-Leste cedo contactará com a guerra. A conspiração da Casa de Caemasse, a sublevação geral de 1729/31, a guerra de Luca, as revoltas de Laclô e Ulmera, de Cotubaba e Cová, as guerras de Manufahi. Manisfestações extremas do dinamismo de uma formação social em choque permanente com o bloqueio a que era submetida pelo colonialismo.

Os governos portugueses sempre mostraram muito pouco interesse por esta colónia tão longínqua, não fazendo qualquer esforço para desenvolver as suas potencialidades.

Do ponto de vista administrativo mantiveram-se os chefes tradicionais (liurai), embora limitando os seus poderes.

A Igreja católica, através das missões, tornou-se a presença europeia com mais significado, abrindo escolas, seminários e influenciando a vida cultural do povo timor.

Em 1951 Timor é declarada "província do ultramar" e em 1953 a nacionalidade portuguesa é reconhecida a todos os habitantes originários de Timor-Leste. Em 1972 a "província" torna-se "região autónoma" com uma Assembleia Legislativa eleita, mas dado o carácter ditatorial do regime português este direito é essencialmente teórico.

Portugal tem partir de 1961 problemas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, onde surgem movimentos a favor da independência, mas não se preocupa com Timor que ninguém reivindica. Nesse mesmo ano o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio declara na Assembleia Geral das Nações Unidas: "No que diz respeito a Timor não temos reivindicações territoriais".

Pouco antes de 1970 um grupo de jovens timores, a quem foram abertas as colunas do jornal católico SEARA publicado em Dili, fazem-se notar, e em 24 de Março de 1973 a PIDE (polícia política) fecha este centro de debate.

Os poucos timores que estudam em Portugal (39) estão atentos aos movimentos de libertação que lutam nas outras colónias portuguesas a favor da independência. Estes jovens preparam-se para um dia assumir a direcção do seu país mas vão rapidamente encontrar-se envolvidos numa verdadeira tragédia.

A REVOLUÇÃO PORTUGUESA E A SITUAÇÃO EM TIMOR-LESTE

O 25 de Abril de 1974, pondo fim ao regime fascista em Portugal e à guerra colonial, abre as portas à descolonização, mas Timor está longe e os problemas parecem menos urgentes nesta terra onde não houve luta de libertação.

Três partidos formam-se em 74:

- União Democrática Timorense (UDT) cujos dirigentes são funcionários ou proprietários, pessoas "estabelecidas" favoráveis à manutenção de laços com Portugal sob a forma de federação.
- Associação Social Democrática Timor (ASDT) que se chamará 4 meses mais tarde FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente) que re-

clama a independência, a participação imediata dos timores na administração e o fim da discrimanação racial.

- Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que pretende a associação de Timor-Leste com a Indonésia como província autónoma.

A UDT que possui pessoas influentes tem um desenvolvimento rápido nos aglomerados mais importantes mas não atinge o povo das zonas rurais.

A FRETILIN lança nas zonas rurais campanhas de alfabetização e ensino de técnicas agrícolas de base, propõe a reforma agrária e a formação de cooperativas agrícolas e ganha uma adesão que lhe permite ultrapassar rapidamente a influência da UDT. Desde Fevereiro de 1975 o observador australiano R. Osburne considera que 60% da população é favorável à FRETILIN e que esta influência continua a aumentar.

Estas duas mais importantes forças políticas da altura - FRETILIN e UDT - chegaram a estabelecer entre si uma coligação assente na base de um projecto de autonomia para Timor-Leste, ficando apenas de fora a APODETI, que se limitava a uma representatividade muito reduzida. Todavia, no seguimento de uma viagem dos seus dirigentes a Jakarta, a UDT rompe unilateralmente com a coligação, gerando uma grave situação de divisão entre o povo.

Em 11 de Agosto de 1975 a UDT prende o chefe da polícia portuguesa que resiste tanto menos quanto a operação parece ter sido montada com o seu acordo para permitir a entrega das armas da polícia aos líderes da UDT. Os militares timores abandonam os seus quarteis para se juntarem seja à UDT seja à FRETILIN, mas sobretudo a esta última.

O governador português retira-se para a ilha de Ataúro com alguns militares e civis portugueses, enquanto a UDT e a FRETILIN se envolvem numa rápida guerra civil que segundo o cônsul australiano J. Dunn acaba logo em Setembro pela vitória da FRETILIN que passa a controlar todo o território. Vencedora, a FRETILIN aceita o plano português, enquanto as tropas da UDT refugiadas em Timor ocidental (indonésio) fazem aliança com a APODETI.

O cônsul australiano J. Dunn testemunha da popularidade dos dirigentes da FRETILIN e da seriedade com que cumprem a sua tarefa de governação.

Mas a situação piora sensivelmente: apoiados pela Indonésia os movimentos provocam incidentes na fronteira em Outubro.

Os Ministros portugueses e indonésios dos Negócios Estrangeiros encontram-se em Roma entre 1 e 3 de Novembro e reconhecem num comunicado que "a responsabilidade da descolonização de Timor-Leste pertence a Portugal que, enquanto autoridade legítima desse território, se compromete a desenvolver todos os esforços para a realização rápida da autodeterminação do povo do Timor Português".

Alguns dias depois, todavia, a marinha indonésia bombardeia a vila de Atabae (14 de Novembro) e movimenta as suas tropas a partir da fronteira ocidental, sem que Portugal queira ou possa reagir.

Por esta razão, e porque Portugal não quer negociar a independência na ausência dos partidos refugiados na Indonésia, a FRETILIN declara unilateralmente a independência (28 de Novembro), enquanto os dirigentes da UDT e da APODETI declaram a integração de Timor-Leste na Indonésia.

O governo português recusa uma e outra declaração e reafirma-se como potência administrante.

O governo indonésio afirma o seu "respeito pelos direitos e obrigações de Portugal, única autoridade no território" mas ao mesmo tempo declara a sua "profunda compreensão" pela declaração de integração feita pelos partidos minoritários.

A INVASÃO INDONÉSIA

Nos primeiros dias de Dezembro de 1975 o Presidente Ford e o Secretário de Estado H. Kissinger dos E.U.A. fazem uma visita a Jacarta. Eles dão o seu acordo à invasão de Timor pela Indonésia e 12 horas após a sua saída as forças indonésias invadem Timor-Leste com meios desproporcionados.

Apesar destes meios a Indonésia pretendeu que o ataque tinha sido feito por voluntários favoráveis à integração e que não podia impedi-los de actuar.

Os horrores praticados pelas tropas indonésias ao ocupar pela força a capital são um sinal inequívoco e inquietante do genocídio que se lhe seguirá.

Num relatório publicado por J. Dunn, cônsul australiano em Timor-Leste na década de 60 e Presidente do Conselho dos Direitos do Homem da Austrália, baseado nos testemunhos de refugiados timores entrevistados em Lisboa em Janeiro de 77, afirma-se:

> "Às 7 da manhã, disse ela, tinha visto como os paraquedistas indonésios abateram a tiro uma mulher na garagem da paróquia, ao lado da igreja, e duas outras em frente da igreja, apesar de elas levantarem as mãos ao ar. Mencionou os nomes de duas delas. A seguir as tropas indonésias ordenaram a todos que se encontravam perto da igreja que entrassem.
>
> Às 9 da manhã do dia seguinte estas pessoas e outras receberam ordem dos soldados indonésios para irem ao cais, onde estavam presas cerca de 27 mulheres, algumas timores, outras chinesas. Ela disse que um certo número de mulheres tinha crianças com elas e que todas choravam. Os indonésios arrancavam as crianças às mães e davam-nas à multidão. A seguir as mulheres foram abatidas a tiro, uma a uma. Os indonésios deram ordem aos presentes para fazerem a contagem.
>
> Às duas da tarde 59 homens, chineses e timores, foram levados para o cais. Um deles era X cuja viúva, segundo contava a minha informadora, se encontra agora na Austrália. Estes homens eram abatidos um a um. De novo os presentes tiveram de fazer a contagem. Foram cerca de 500, calculava ela. As vítimas deviam pôr-se na ponta do cais, de modo a que os corpos caíssem na água ao serem abatidos. Os soldados indonésios abriam fogo sobre os corpos na água, quando estes ainda davam sinais de vida. Muitos dos homens - tal como o tinham feito as mulhe-

res antes de serem executadas - suplicavam aos indonésios, alguns de joelhos, mas ninguém do grupo foi poupado. Um outro informador contou-me que no dia seguinte os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo, tendo os timores recebido ordens para os retirar daí. Estes informadores disseram-me terem ouvido dizer que as execuções no cais tinham continuado."

No mesmo sentido um padre católico escreve, em Novembro de 77, numa carta saída do território clandestinamente:

"De 7 de Dezembro de 1975 até Fevereiro de 1976 estiveram ancorados no porto de Dili, 23 barcos de guerra que bombardearam as colinas que rodeiam Dili durante as 24 horas do dia. Os helicopteros (entre 8 e 12) e os aviões (4) voavam por todo o território de Timor. Em terra está um sem número de tanques e carros blindados. As tropas indonésias em Timor devem rondar os 50.000 soldados (não tenho a certeza). Em Dezembro de 1976 houve um movimento interno no porto de Dili com cargas e descargas de material de guerra e desembarque de tropas. A partir de Dezembro último a guerra intensificou-se. Os aviões não param durante todo o dia. Há centenas de seres humanos que morrem diariamente. Os corpos são alimento para os abutres.

Se não são as balas que nos matam, morremos de doenças epidémicas que destróiem povoações inteiras.

A guerra está a entrar no terceiro ano e parece não ir acabar tão cedo. As barbaridades (compreensíveis na idade da pedra) as crueldades, o roubo, os pelotões de fuzilamento sem qualquer justificação fazem agora parte da vida quotidiana em Timor. A insegurança é total e o terror de ser preso é o nosso alimento diário. (Estou na lista das pessoas "non grata" e qualquer fazem-me desaparecer)."

Portugal rompe as relações diplomáticas com a Indonésia e lança um apelo ao Conselho de Segurança da ONU. A Assembleia Geral que se encontra reunida adopta por 69 votos contra 11 e 38 abstenções uma moção que convida a Indonésia a deixar de "violar" a integridade territorial do Timor português e a retirar as suas forças sem demora (11 de Dezembro). Alguns dias depois (22 de Dezembro) o Conselho de Segurança por unanimidade pede que a Indonésia retire as suas tropas. A Indonésia não teve nunca qualquer consideração por estas moções nem por todas as que se seguiram no mesmo sentido (Abril e Novembro de 76, Dezembro de 77 e 78, Novem-

bro de 79 e Dezembro de 80 .....81).

Em Maio de 76 na presença de jornalistas admitidos pela 1ª vez desde a invasão a visitar Dili perante uma "Assembleia Popular" de 28 pessoas "nomeadas por auto-consentimento" o dirigente da APODETI, G. A. Gonçalves (preso mais tarde) pedia à Indonésia para integrar imediatamente o território de Timor oriental, o que foi feito no dia 17 de Julho por decisão do Parlamento indonésio.

A GUERRA E O GENOCIDIO PELA FOME

Durante 3 anos (1976-1979) o mundo ignorou praticamente o que se passava em Timor-Leste. Ninguém, nem mesmo a Cruz Vermelha Interancional, tinha autorização dos indonésios para entrar no país. O próprio representante de Kurt Waldheim encarregado do inquérito decidido pelo Conselho de Segurança da ONU não foi autorizado pelos indonésios a visitar as zonas controladas pela FRETILIN.

Sabe-se que a Indonésia encontrou uma resistência que não esperava e o gigante com os seus 140 milhões de habitantes e um poderoso exército não conseguiu submeter os 700.000 timores que só dispunham das poucas e velhas armas dos portugueses.

Após a invasão inicial acompanhada dos crimes bárbaros e das execuções em massa, a maioria do povo timor refugiou-se nas montanhas sob a protecção da FRETILIN. Um missionário português (Pe. Leoneto do Rego) que passou quase 3 anos com a FRETILIN antes de pedir aos indonésios o seu repatriamento por razões de saúde diz que nos 2 primeiros anos a situação era sustentável porque apesar dos 30.000 soldados indonésios e das sucessivas ofensivas (fim de 75, Novembro de 76, Maio de 77) o povo resistia com sucesso.A situação piorou quando os indonésios começaram a destruir sistematicamente todas as culturas nas regiões montanhosas para obrigar o povo a descer para as zonas ocupadas.

A fome torna-se o principal inimigo dos timores.

No início de 1977 o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik declara cinicamente: "Já matámos 60 a 80.000 timores mas libertámos 600.000."

A partir de 1978 a situação piora dramaticamente. O povo que descia das

montanhas exausto era reagrupado em campos controlados pelos indonésios mas não via a sua sorte melhorar.

Num texto publicado em 1981 por A. Koen e Robert Quance, dos EUA, pode ler-se:

"Admitido já pelo Departamento de Estado existem já 150 desses "campos controlados". A maior parte das fontes aponta para uma população de, pelo menos, 300.000 indivíduos aí residentes."

Para Elisabeth Traube, uma antropóloga de Harvard que viveu mais de 2 anos em Timor Leste "os campos controlados" (...) representam claramente uma ruptura com a longa duração e os padrões tradicionais de estabelecimento, os quais se adoptavam aos meios de subsistência tradicionais. Estas condições, declara, "nada têm que ver com o resultado natural do meio ambiente, economia ou demografia do povo de Timor-Leste. A guerra é, nitidamente, o cataclismo."

"(...) um relatório da Igreja Indonésia apresentado em 1979, referia que um destes centros, perto de Maubisse, estava praticamente sem alimentos e que os seus medicamentos se resumiam a 300 comprimidos de cloroquina e 5 metros de ligaduras. De acordo com a mesma fonte, em Ermera morriam cerca de 300 pessoas por mês devido às difíceis condições de vida no campo." (in Declaração de James Dunn ao Tribunal Permanente dos Povos, sessão sobre Timor-Leste, Lisboa, Junho de 1981).

Em Setembro de 1978, um grupo de jornalistas e diplomatas cuidadosamenre escolhidos visitaram-nos a convite do Governo indonésio. Apesar da"visita guiada", o embaixador canadiano declarou aos reporteres que as pessoas que tinham tido a oportunidade de ver na aldeia de Remexio "se encontravam numa situação deplorável. Em muitos casos estão a morrer de fome, desesperadamente doentes, necessitando de auxílio imediato em termos de alimentação, vestuário e assistência médica elementar".

E os diplomatas lançaram nessa altura um grito de alarme: mais de 100.000 refugiados encontram-se num estado de inanição completa.

Segundo o testemunho dos religiosos locais que participaram no trabalho de assistência às populações, num só distrito (num total de 14) morriam cerca

de 500 pessoas por mês devido à fome.

O Pe. Leoneto do Rego, por sua vez, estima que morreram nos 4 primeiros anos a seguir à invasão cerca de 200.000 timores devido à guerra e à fome.

Através de uma carta datada de Janeiro de 1981 e enviada clandestinamente do território, uma testemunha, cujo nome se omite por razões de segurança, descreve a situação do seguinte modo:

"A guerra continua feroz, embora sem os bombardeamentos aéreos, por causa da presença da Cruz Vermelha Internacional. A partir de 10.6.80, as prisões estão abarrotadas; Ataúro tornou-se em colónia penal para os presos políticos. Dezenas de pessoas desapareceram misteriosamente; o terror e a insegurança voltaram ao coração do povo; várias povoações de novo destruídas e queimadas e os seus habitantes deportados para campos de concentração ou para Ataúro. A fome por um lado e a doença por outro vão dizimando a população. As pessoas concentradas nos postos administrativos não têm liberdade para irem fazer a sua horta nem tratar dos seus animais. Consequência - tudo esperam do dominador: comida, roupa, remédios... O dominador distribui comida, roupa e remédios da Cruz Vermelha Internacional ou da C.R.S. como se fosse propriedade dele. E distribui tudo não de graça, mas à custa do extorquir das consciências a aceitarem a Indonésia.

O povo morre mas não se rende ao invasor. Há 5 anos que vem afirmando a sua vontade de ser também um povo livre. A partir de 1.1.81, todos os funcionários que não aceitaram a nacionalidade indonésia, ficaram sem emprego, quer público quer particular. Estas pessoas que não querem dobrar-se à tirania da Indonésia, preferem morrer à fome, uma vez que a Indonésia não as quer deixar sair de Timor. O resto do povo, levado pela força das circunstâncias, aceitou a nacionalização, externamente, pois no fundo deseja a sua liberdade: contra a força bruta não há argumentos válidos!

(...) As deslocações internas são fiscalizadas e controladas pelas forças armadas e muita vez o povo simples tem que pagar impostos e mais impostos pelo caminho até chegar ao destino. A vida é caríssima em Timor, devido somente à corrupção, exploração e especulação. As saídas para fora são interditas e só quem é milionário consegue, por corrupção, obter a liberdade. A correspondência epistolar é aberta, seja registada ou não registada. A

liberdade de expressão, de associação, de reunião de grupos não existe. As torturas nas prisões são inqualificáveis, sobretudo tratando-se de mulheres e raparigas. A expropriação dos seus familiares - jóias, produtos comerciais, café, madeiras, sândalo, tornam-se normais: o timorense que tem plantação de café, não tem direito de vender o seu café, que é feito propriedade do invasor."

Alguns meses mais tarde, em Julho de 1981, é redigido um novo documento clandestino intitulado "Relatório desta triste Babilónia-cativeiro", através do qual nos chegam as mesmas notícias de sempre: as condições de vida do povo timor pioram dia a dia, a brutalidade, a opressão, a corrupção, a morte continuam a ser as marcas dos invasores indonésios. Aí se afirma:

"No dia 23 de Novembro de 1978, na montanha de Uadaboro das cordilheiras de Matebia, situada na parte leste da Ilha de Timor-Leste, foram mortos a rajadas de metralhadora cerca de 500 pessoas, inclusivamente mulheres grávidas e crianças de todas as idades. O massacre teve lugar depois de as tropas indonésias terem conseguido aliciar as pessoas dizendo que "eles vinham apenas para ajudar o povo de Timor." (...)

Aqueles que oferecem resistência armada aos indonésios são feitos desaparecer "como, por exemplo, morte por bala, atirados de helicoptero para terra ou para o mar com pedras penduradas nos pés" (...) "Violar as mulheres à frente dos maridos e a seguir o marido e a mulher são abatidos." (...) As torturas são inúmeras, variando desde o ferro em brasa a cadeiras eléctricas, pontas de cigarros, corte com lâminas. "As queimaduras, principalmente nos órgãos sexuais. Se for mulher é também nos seios. Ainda hoje muitos têm cicatrizes das torturas."

A RECUSA DA AJUDA HUMANITÁRIA

A Indonésia recusou as propostas de ajuda humanitária internacionais. Só em 1979 foram autorizados programas de ajuda do American Caolic Relief Service (ACRS) e da Cruz Vermelha Internacional, por intermédio da Cruz Vermelha Indonésia. O director de programas do ACRS afirmou que o grau de subnutrição das vítimas da fome de Timor era pior que tudo o que tinha visto em 14 anos de

experiência. O Pe. Raper, jesuita australiano, membro de uma agência católica de socorro, afirma que metade do orçamento de assistência devia ser pago ao exército indonésio para custear despesas de transporte e armazenamento.

Além disso, uma grande parte da ajuda é comercializada pelos militares em seu próprio proveito: "70% dos artidos foram desviados. O produto do desvio é vendido ao povo ou faze-se a permuta com o povo" (documento citado, Julho de 1981).

Em Julho de 1979, os delegados da CICV visitam 13 aldeias com a população total de 75.000 habitantes. Declaram que 60.000 pessoas estavam num estado alarmante de subalimentação e, entre eles, 20.000 morriam de fome. E o CICV não foi a nenhum dos locais que os representantes da Igreja tinham descrito como piores.

É preciso não esquecer que são os militares indonésios que determinam que ajuda, como e quando, a comunidade internacional poderá fornecer a Timor-Leste. O que significa, por exemplo, que nenhum auxílio, seja de que tipo for, pode chegar às áreas fora do controle indonésio.

O relatório a que nos vimos referindo, datado de Julho de 1981, afirma: "os membros representantes da Cruz Vermelha Internacional têm sede em Dili e deslocam-se raras vezes para as zonas do interior." E revela: "mesmo que o povo não receba a quantidade estabelecida nunca deverá informar os membros das organizações internacionais porque também são ameaçados de morte."

GENOCÍCIO CULTURAL

O Pe. Leoneto do Rego declarou perante o Tribunal Permanente dos Povos, reunido em Junho de 1981, numa sessão dedicada à situação em Timor-Leste:

"Entre o povo de Timor-Leste e o povo da Indonésia há divergências sensíveis, culturais, morais e religiosas.

O povo de Timor-Leste identifica-se como um povo distinto do povo indonésio, na língua, nos costumes, na sua tendência religiosa e na sua moral.

O povo de Timor-Leste conservou sempre, apesar da dominação colonial de

4 séculos, uma língua - o tétum - como língua comum e veículo de comunicação entre os povos das diversas regiões de Timor que além do "tétum" conservam os seus dialectos de origem.

O Governo indonésio, para consolidar a ocupação de Timor-Leste, pretende substituir o "tétum" pela língua indonésia.

O povo de Timor-Leste além da língua tem a sua cultura e tradições próprias, e quanto a religião, é por tradição animista e foi por isso que de bom grado aceitaram a religião cristã que lhes vinha aperfeiçoar o culto animista, principalmente no que se refere à veneração pelos mortos.

A violação dos tumulos para usurpar certos objectos de valor que por costume acompanham o cadáver à sepultura, tem sido das acções dos ocupantes indonésios a que mais tem chocado a sensibilidade do povo de Timor-Leste."

A Indonésia impõe a sua língua, os seus costumes e tradições, envia compulsivamente os professores timores para reciclagens em Jakarta, fecha escolas, viola e mata sistematicamente os valores culturais do povo de Timor-Leste.

Na citada carta enviada por um sacerdote católico, em Novembro de 1977, pode ler-se: "Um grande número de missões católicas não tem padres. As escolas foram fechadas por um período de 2 anos. A actividade é nula." E acrescenta: "A reforma dos costumes significa o aparecimento de cabarés e bordeis".

A mesma realidade é confirmada também pela carta datada de Janeiro de 1981:

"Nestes últimos dias do fim do ano houve muitas prisões, entre elas todo ou quase todo o professorado de Bucau-Fatumaka.

(...) O nivelamento da classe intelectual está no programa do invasor. Praticamente todos os instruídos já foram eliminados ou em vias de o serem. O nível das escolas depois de 5 anos de ocupação, não ultrapassa o SMP (o ciclo preparatório português)! Não é autorizada a abertura do SMA (Liceu) por razões que desconhecemos, mas toda a gente sabe que é para não criar elites em Timor. Os que quizerem continuar os estudos, podem faze-lo fora da sua terra contando que tenham com que pagar as despesas."

Mais recentemente, o relatório saído clandestinamente de Timor-Leste e datado de Julho de 1981, revela: "No posto de Vatolari, no concelho de Viqueque, foram exterminados os rapazes que tinham uma habilita mínima de segunda classe de instrução primária". (...) "Por vezes os fuzilamentos têm lugar à frente dos familiares que são proibidos de chorar ou andar de luto".

O genocídio é total. A Indonésia obriga todos os timores, dos 15 aos 50 anos de idade, a lutar contra os seus próprios irmãos. Desaparece o povo, a sua cultura, a sua vida. A humanidade fica mais pobre.

O Pe. Bruno Pistoceli, antigo missionário em Timor-Leste, sente profundamente esta realidade e exprime-a a partir da sua própria vivência:

> (...) "Li que em Kelicai, um dos centros Makassae a que me sinto ligado, onde escrevi a gramática e onde descobri as mais belas poesias Makassae, houve 50 mortos em 15 dias. Será rápida a destruição de um povo de 78.000 habitantes bem assim como da sua cultura e de uma civilização. Conhecemos tudo acerca de Atenas, a sua história foi-nos transmitida, o Parthénon conta-no-la, mas de Kelicai, de Baghia, de Baucau, Naturali, Ossu, não poderemos saber mais nada. Da filosofia, da fé, da alma de todo um povo, não ficará nenhum vestígio; elas eram confiadas à dança, à poesia, ao canto oral, ao "rata lolo" (história contada" dos velhos) testemunhos de toda a riqueza de um povo. O timor nunca pensou em criar um hospício para os velhos, uma casa de repouso: o velho é a enciclopédia da comunidade, o educador dos jovens, o livro de história e geografia é, em suma, a continuidade com o passado e o avanço para o futuro."

O PAPEL DA IGREJA

Na sua sede de destruição, o exército indonésio não poupou a Igreja, nem escondeu dela os massacres que iam perpetrando: após os assassinatos em série realizados no cais na manhã de 7 de Dezembro de 1975, "os corpos deram à costa, em frente da casa do bispo", conforme relata uma testemunha. E o sacerdote que escreve em Novembro de 1977 recorda: "Oe-Cusse faz parte da diocese de Atambua. A nossa residência, Bispo Medeiros, foi destruída pelo fogo dos invasores, o seminário de Dare foi destruído, assim como os colégios católicos de Maliana e Soibada. Timor não foi integrado. Foi anexado. Não foi libertado do comunismo".

Assim, a própria Igreja comparticipou do sofrimento do povo, da sua humilhação frente ao invasor estrangeiro, da sua impotência face à força imposta pelas armas.

Muitos padres e irmãs continuaram o seu trabalho, nomeadamente no interior, juntò daqueles que mais eram postos à prova.

O Pe. Leoneto do Rego conta: "Eramos 6 padres nas zonas da FRETILIN, entre eles dois naturais de Timor e sempre nos demos bem com a FRETILIN, sempre tivemos toda a liberdade para a nossa actividade pastoral. A propósito, até lhes conto um caso curioso. A dada altura começaram-nos a faltar as hóstias e o vinho de uva; pois bem, dois rapazes da FRETILIN foram clandestinamente à Câmara Eclesiástica de Dili com um bilhete do Pe. X a servir de credencial. E assim quando regressaram, lá traziam tudo aquilo de que precisavamos".

Por sua vez, o Pe. Leoneto do Rego, superior da Missão de Soibada, afirma: "As igrejas e o seminário foram pilhados e os livros deste último queimados. Quando as casas já não tinham nada os soldados indonésios viravam-se para os túmulos dos europeus e timores mais abastecidos... desenterraram o túmulo do Pe. Martins em Maleana e lhe arrancaram os dentes de ouro".

O Bispo de Dili, Monsenhor da Costa Lopes, declara por sua vez à rádio WDR (Alemanha Federal) em 1980:

> "A guerra continua. Combate-se sempre, por exemplo em Lospalos. A FRETILIN recusa toda a colaboração com os indonésios". "Os homens da FRETILIN têm uma formação católica. Eles passaram pelos nossos seminários, lutam pela independência. Não vejo nada de errado nisso".

Estas declarações foram feitas na presença de dois oficiais indonésios como é obrigatório para todos os contactos com estrangeiros.

A acção dos missionários, apesar de controlada, é no entanto, a única fonte de liberdade e comunicação para o exterior que resta ao povo de Timor-Leste. As raras notícias que nos chegam do território martirizado vêm através das instituições eclesiásticas.

A Igreja encarna o direito do povo a dispor livremente da sua própria História e do seu destino. Ela é um ponto de referência tão fundamental que, segundo

afirma o padre Patrick Walsh, australiano "(...) o número de católicos em Timor-Leste aumentou dramaticamente de 30% da população total (antes de 1975) para mais de 50% actualmente. Seja qual for a profundidade da fé destes recem-convertidos das tradicionais crenças religiosas de Timor, o seu alinhamento com a influente igreja Católica local é mais uma prova das suas aspirações, para não falar, é claro, da sua busca de segurança e protecção".

Mas o invasor não destrói só fisicamente os homens e mulheres, as produções agrícolas, as aldeias. O exército indonésio lançou uma campanha em larga escala com o objectivo de anuiquilar todas as raizes culturais do povo de Timor-Leste, incluindo as suas convicções religiosas.

Vários testemunhos nos dão conta da amplitude e significado das tentativas de islamização.

Na carta a que temos feito referência, escrita por um sacerdote em Novembro de 1977, lê-se:

> "Contra a força não existe resistência. Liberdade é uma palavra sem significado. A libertação que proclamaram (os indonésios) significa escravatura. Timor voltou aos anos de 1945-1950. O anti-comunismo é um slogan islâmico (...)."

Mais recentemente, esta notícia é confirmada pelo "relatório desta triste Babilónia - cativeiro" (Junho de 1981). Aí se afirma que "(...) os islâmicos estão a empregar todos os meios para suprimir a religião católica". O autor do documento clandestino teme que a Igreja Católica venha a ser abolida ou que os indonésios consigam de facto islamizar o território uma vez que empregam as mais variadas táticas para conseguir tal fim. Por exemplo, lê-se no relatório que os invasores chegam a "prometer muito dinheiro para aqueles que querem entrar no Islão", assim como apregoam a"distribuição de géneros alimentícios e roupas".

Neste contexto,mais importante se torna a missão da Igreja, quer local quer universal.

> "Apenas o clero tem trabalhado, trabalha e trabalhará para o Povo de Timor-Leste" (...) "Há padres que com coragem e valentia enfrentam as armas mortíferas dos assassinos indonésios, suplicando aos pés destes carrascos para salvar as vidas". (relatório citado).

No entanto, apesar desta corajosa atitude, e dos riscos que os membros da Igreja correm diariamente ao partilhar com o povo a sua dramática condição, os apelos que enviam para o exterior nem sempre têm tido o eco que seria justo esperar.

> "Faça qualquer coisa de concreto pela libertação de todo o povo de Timor. O mundo ignora-nos e isto é lamentável. Estamos a caminho de um genocício" (carta do Pe. Católico, Novembro de 1977).

Lentamente, o mundo e as igrejas têm vindo a tomar consciência do que se passa em Timor-Leste. Hoje começam a fazer-se ouvir algumas vozes, clamando justiça e liberdade para o povo de Timor-Leste, oprimido durante 400 anos pelo colonialismo português e dizimado pelo regime militar indonésio.

Nesta acção de denúncia e esclarecimento, os cristãos têm um importante e insubstituível papel a desempenhar.

O jornal norte-americano "Los Angeles Times" revela numa sua edição de Janeiro de 1982:

> "Um sacerdote católico que fazia parte de um grupo de timores foi ameaçado ao depor perante o Congresso Americano, alertando quanto ao que se passa em Timor-Leste. A Amnistia Internacional e a Igreja Católica em Timor-Leste, recomendam que as agências internacionais possam estar presentes no território para proporcionarem alguma protecção à população timor".

Também na Zustrália, país vizinho de Timor-Leste e com grandes responsabilidades na área e na situação actual, se exprimem as mesmas preocupações. O jornal "Camberra Times", publicado em Sidney, noticiou em Janeiro de 1982:

"O director Nacional do Socorro Católico Australiano, M.Michael Whitiley, diz:

> "Queremos aliviar o sofrimento do povo de Timor e não compreendemos porque razão o Governo indonésio não permite nem autoriza a entrada de uma delegação australiana no território de Timor-Leste. Parece que as autoridades indonésias estão determinadas em suprimir a verdade quanto à actual situação em Timor-Leste".

É pois preciso dizer a verdade.

O Bispo de Dili Monsenhor da Costa Lopes sintetizava quando se dirige à Caritas Australiana (Novembro de 1982):

"A fome grassa novamente. Estes homens que deveriam preparar os terrenos para plantações regressaram demasiado fracos para trabalhar". Muitos dos que foram mortos durante a operação eram "crianças inocentes, mulheres grávidas e pessoas sem defesa que não cometeram qualquer crime excepto desejarem ser independentes de toda a opressão".

Lisboa, Maio de 1982